



Partidos vão ao TSE pelo suposto abuso cometido por Bolsonaro ao atrelar a campanha pela reeleição à festa do Dia da Independência. Alegam que a igualdade entre as candidaturas foi atropelada

Ações querem punir 7 de Setembro bolsonarista

» VICTOR CORREIA

Jair Bolsonaro (PL) tornou-se alvo de ações judiciais no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que o acusam de abuso de poder econômico e político por transformar a comemoração do Bicentenário da Independência em um evento pela reeleição à Presidência da República. A representação mais grave foi imitada, ontem, pelo PDT, pedindo a inelegibilidade tanto de Bolsonaro quanto de seu vice, Walter Braga Netto. Já os partidos da coligação que apoia a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediram que Bolsonaro seja multado e impedido de usar as imagens dos atos na campanha eleitoral — o União Brasil fez a mesma solicitação.

Especialistas e juristas, porém, divergem quanto ao mérito das acusações. Enquanto uns veem um discurso calculado do candidato à reeleição, no limite da legalidade, outros apontam casos claros de abuso.

A ação de investigação judicial eleitoral (Aije) enviada ao TSE pelo PDT tem como objetivo “apurar e reprimir” abuso de poder político, econômico e midiático. Bolsonaro usou entrevista na TV Brasil antes do desfile, em Brasília, para convocar apoiadores às manifestações. Depois da cerimônia, se dirigiu a um trio elétrico estacionado em frente ao Congresso e discursou aos manifestantes. No Rio de Janeiro, ele participou de motocicla e fez novo discurso a apoiadores.

“O evento foi desvirtuado apenas para satisfazer aos interesses da campanha eleitoral dos investigados, sem ao menos voltar-se aos fins a que se destinava. Além do uso da estrutura (palanque, veiculação através da TV Brasil), que foi custeado com o erário, o primeiro investigado (Bolsonaro) cumpriu com o propósito de obter votos com aliados e, em discurso realizado em cima de um trio elétrico, conclamou apoiadores a votarem nele no primeiro turno”, acusa o PDT na representação.

A outra ação, assinada por Solidariedade, Rede, PSB e Avante,

Ed Alves/CB/D.A Press



Partidos acusam Bolsonaro de uso da máquina pública. Campanha da reeleição se misturou à festa do Bicentenário



O evento (a comemoração do Bicentenário) foi desvirtuado apenas para satisfazer aos interesses da campanha eleitoral dos investigados, sem ao menos voltar-se aos fins a que se destinava.”

Trecho da ação do PDT contra a campanha de Bolsonaro por abuso político, econômico e midiático

exige que Bolsonaro seja multado por ter feito comício em um evento de governo e proibido de usar as imagens captadas nos atos na campanha eleitoral. “O candidato à reeleição à Presidência da República se utilizou de um evento organizado, despendido, com todo o apoio da máquina pública, para realizar verdadeira propaganda eleitoral. Os atos de 7 de Setembro transformaram-se em verdadeiros comícios”, apontaram as legendas. PT e União Brasil devem mover ações semelhantes.

Divergências

Especialistas divergem sobre a ilegalidade da atuação do presidente nos atos. Para o especialista em direito eleitoral Acacio Miranda, o discurso em cima do trio elétrico foi calculado não só para evitar consequências legais, mas também como estratégia política. Para configurar abuso nas eleições, é preciso que o candidato ultrapasse as limitações financeiras impostas pela legislação (no caso do poder econômico), use prerrogativas de cargo público para obter vantagens (no político) ou os meios de comunicação oficiais para se promover.

“Agiu no limite da legalidade,

mas dentro da lei. Diferentemente da postura anterior dele (em 2021), teve um respeito à Justiça Eleitoral. Acho que isso foi uma estratégia não só jurídica, mas política”, avalia.

Silvana Batini, professora da FGV Direito Rio e ex-procuradora regional eleitoral do Rio de Janeiro, aponta que não há tempo hábil para a apuração das ações antes do pleito. Ela vê o pedido de inelegibilidade como uma escalada da batalha judicial entre os partidos.

“Nunca vi uma ação do tipo ser julgada procedente. Geralmente para prefeitos, vereadores, sim, mas contra um presidente, nunca”, salientou.

Membros do Judiciário, porém, veem claro abuso de poder político por parte de Bolsonaro ao se apropriar de uma data nacional para se promover. Uma das teses é que os casos têm que ser julgados pela ótica do efeito sobre o eleitor, para não deixar que tecnicidades — como sair da área do desfile para discursar em um trio elétrico a poucos metros — distorçam a ocorrência.

Lula compara atos a reunião da Ku Klux Klan

O presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, ontem, em comício em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ), que os atos bolsonaristas do 7 de Setembro pareciam “uma reunião da Ku Klux Klan” — grupo supremacista branco que existe, sobretudo, nos estados do Sul dos Estados Unidos.

“(Bolsonaro) roubou o direito do povo brasileiro de comemorar o Dia da Independência. Fez de uma festa do país uma festa pessoal. O ato do Bolsonaro parecia uma reunião da Ku Klux Klan. Só faltou o capuz. Não tinha negro, pardo, pobre, trabalhador”, afirmou Lula.

O petista engrossou as críticas contra o atual presidente e as medidas tomadas durante seus quatro anos de mandato. Lula voltou a prometer a manutenção do auxílio de R\$ 600, a partir de janeiro de 2023, e disse que pretende aumentar o salário mínimo todos os anos, de acordo com o crescimento da economia.

“A partir de janeiro, o salário mínimo vai aumentar todo ano de acordo com o crescimento da nossa economia. Aumentar o salário mínimo é aumentar o direito das pessoas comerem”, garantiu.

Ao lado de lideranças femininas do PT, como a ex-presidente Dilma Rousseff, a presidente nacional da legenda, Gleisi Hoffman, e a deputada Benedita da Silva, que coordena um grupo voltado aos

evangélicos do partido, Lula e seus aliados defenderam o voto no PT ainda no primeiro turno.

Ação judicial

Quatro filhos de Lula acionaram o Juizado Especial Criminal de São Paulo para que o presidenciável Ciro Gomes (PDT) esclareça uma frase dita durante entrevista ao programa *Pânico*, da rádio Jovem Pan, no último dia 6. O advogado Fábio Tofic Simantob, representante dos herdeiros do petista, pede que o candidato esclareça a qual dos filhos ele se refere e sobre qual situação falou.

Segundo o advogado, a afirmação de Ciro é “leviana”, pois que “nenhum filho de Lula respondeu ou respondeu a qualquer ação penal por corrupção ou crimes semelhantes”. “Pelo contrário, um deles (Fábio Luís), investigado durante anos, teve o inquérito contra ele arquivado por ausência de elementos que demonstrem a prática de qualquer malfeito”, salienta.

Simantob afirma que, caso não se desculpe pela declaração e siga fazendo ataques semelhantes, Ciro poderá responder por crime contra a honra, de injúria ou calúnia. Na petição, advogado diz que a interpelação é “uma prova de fogo para ver até onde vai a coragem ou a irresponsabilidade” do pedestista.

O homem e sua sombra



Jair Bolsonaro (PL) é capa da revista inglesa *The Economist*. Com o título “The man who would be Trump” (“O homem que queria ser Trump”), traça um paralelo entre ele e o ex-presidente norte-americano Donald Trump. Na ilustração, Bolsonaro tem ao fundo a bandeira brasileira e a sombra de Trump. No subtítulo, lê-se “Bolsonaro prepara sua grande mentira no Brasil”. Dentro, a matéria classifica Bolsonaro como “uma ameaça à democracia brasileira” e que “todos os sinais são de que ele vai perder uma eleição e dizer que ganhou”. A revista prevê que seguirá os passos de Trump e que os ataques às urnas eletrônicas pavimentam a reação violenta ao resultado do pleito.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A rainha deu sobrevida ao império

“Chegou no porto um canhão/ De repente matou tudo, tudo, tudo/ Capitão senta na mesa/ Com sua fome e tristeza, essa, esa/ Deus salve sua rainha/ Deus salve a bandeira inglesa”. Sul da Bahia, década de 1930, um aventureiro sem nome nem passado, sete vezes baleado, sorridente, trovador e feroz, intromete-se na luta dos grandes coronéis pela posse da terra e do cacau. Está disposto a acirrar a guerra de interesses econômicos e tomar o lugar do coronel Santana, sua mulher e seu dinheiro. Precipita um banho de sangue, no qual sucumbem sertanejos simples e os próprios usineiros. O homem parece conseguir o seu intento, mas seu destino também está assinalado pelos deuses.

O enredo do filme *Os Deuses e os Mortos*, de Ruy Guerra, com trilha sonora de Milton Nascimento, autor da descrição acima, tem como pano de fundo o colonialismo britânico, daí a exaltação à rainha. Lançado em 1970, o filme era uma alegoria do regime militar e fazia da atuação dos Estados Unidos, que haviam substituído o império britânico como força hegemônica no mundo após a II Guerra Mundial. O filme foi saudado pelo *The New York Times* como um “western tropical”, que misturava o japonês Akira Kurosawa com o italiano Sérgio Leone, tendo a temática do cacau na saga descrita por Jorge Amado.

Moçambicano naturalizado brasileiro, Guerra fez uma abordagem barroca e tropicalista da violência no campo e do monopólio da política pelas oligarquias. Vencedor do festival de Brasília de 1970, o filme foi realizado num momento em que vivíamos entre dois delírios: o “Brasil, ame ou deixe-o”, do general fascista Garrastazu Médici, e o “Quem samba fica, quem não samba vai embora”, do líder comunista Carlos Marighela. Othon Bastos (“O Homem”), Norma Bengell (“Soledade”), Rui Polanah (“Urbano”), Ítala Nandi (“Serenó”), Dina Sfat (“A Louca”), Nelson Xavier (“Valu”) e Milton Nascimento (“Dim Dum”), entre outros, brilhavam nas telas.

Na década de 1970, o império britânico nem de longe representava a potência mundial que parecia mover os cordéis das lutas do Sul da Bahia na Primeira República, mas a rainha Elizabeth II, a grande homenageada na trilha sonora do filme, lhe dera uma sobrevida com sua sabedoria e dedicação à manutenção da Comunidade Britânica, que somente agora será posta em xeque, com a ascensão ao trono do rei Charles III, depois de um chá de cadeira sem precedentes. Austrália e Canadá continuam reconhecendo o monarca britânico como chefe de Estado, representado por um governador-geral e usam a palavra Commonwealth como título do seu Estado, assim como Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Granada, Jamaica, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Reino Unido, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Ilhas Salomão e Tuvalu.

A ESTABILIDADE POLÍTICA DO REINO UNIDO É VITAL PARA A MANUTENÇÃO DA COMMONWEALTH SOB A LIDERANÇA DE CHARLES III

Mares do Sul

Da independência da Índia, em 1947, e à devolução de Hong Kong à China, em 1997, o declínio do império britânico foi inelutável. Mesmo assim, o Reino Unido arreganhava os dentes no Atlântico Sul, em 1982, quando os argentinos ocuparam as Ilhas Malvinas (em inglês Falklands), Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, arquipélagos austrais dominados pelos ingleses a partir de 1833. O saldo final da guerra foi a recuperação do arquipélago e a morte de 649 soldados argentinos, 255 britânicos e três civis das ilhas. Na Argentina, a derrota no conflito fortaleceu a queda da junta militar que governava o país.

Quem quiser que se iluda: ainda hoje, os ingleses é que mandam nos mares do Atlântico Sul. A saída da União Europeia, com o Brexit, e o papel que desempenha na guerra da Ucrânia, contra a Rússia, mostram que a Inglaterra, em aliança com os Estados Unidos, continua sendo uma potência militar que não pode ser ignorada por ninguém, embora já não tenha a supremacia comercial e financeira dos séculos XVII e XVIII, nem a industrial do século XIX.

No século XX, de grande credor o Reino Unido se tornou devedor e inverteu o fluxo migratório que levou seus missionários a disseminarem a ética protestante do trabalho e o liberalismo econômico pelo mundo, passando a receber imigrantes das ex-colônias britânicas. Em 1920, o império britânico dominava cerca de 458 milhões de pessoas, um quarto da população do mundo na época e abrangia mais de 35.500.000 km², quase 24% da área total da Terra.

Charles III ao trono — “A rainha morreu, viva o rei” —, depois de 70 anos de reinado de Elizabeth II, não tem o mesmo prestígio popular da mãe, seja na própria Inglaterra, seja no exterior. Sua capacidade de liderar a Commonwealth será posta à prova. O Brexit não está dando os resultados esperados e a guerra da Ucrânia tende a agravar a situação econômica e energética do país. A estabilidade política interna do Reino Unido é vital para a manutenção da comunidade britânica sob a liderança de Charles III.